

***Estudo produzido pelo ACI nos últimos dez anos demonstra a realidade da governança corporativa no país***

Um número crescente de empresas possui o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Riscos para suporte ao Conselho de Administração; 100% das companhias em níveis diferenciados do mercado (Novo Mercado, Nível II e Nível I) contam com um Código de Ética e Conduta; e 61% delas têm auditoria interna. Esses são os principais dados do estudo “Governança corporativa e o Mercado de Capitais”, na sua 10ª edição, elaborado pelo ACI Institute da KPMG, bem diferente da primeira versão em 2005.

“Em um momento de preocupação econômica e seus reflexos no negócio, as boas práticas de governança passam a ser um fator de vantagem competitiva porque além de permitir um maior controle das operações e uma gestão mais eficaz dos riscos, trazem visibilidade a empresas não só perante investidores, mas a todos os demais interessados nas empresas (instituições financeiras, fornecedores, private equities) em busca de negócios sólidos e perenes. Quem ganha é a sociedade e o mercado de capitais que se beneficia com a existência e a opção de organizações mais estruturadas, transparentes e responsáveis, focadas no negócio e na sua continuidade”, afirma o sócio de Governança Corporativa e Riscos da KPMG no Brasil e líder do ACI Institute, Sidney Ito.

Dentre os destaques nos comparativos anuais, está o número de empresas que apresenta Comitê de Auditoria na estrutura. Enquanto em 2008, apenas 75 companhias contavam com tal órgão, em 2015 voluntariamente são 106. Com relação ao Código de Ética e Conduta, 100% das organizações em níveis diferenciados do mercado contam com esse item, por conta de regras da BMF Bovespa, sendo que, em 2008 eram apenas 41%.

O estudo também aponta que as empresas estão preocupadas em resguardar seus administradores: esse ano, 87% delas contrataram o seguro D&O; em 2010, eram 72%.

“Esse interesse em boas práticas de governança não é somente uma tendência e deve se intensificar ainda mais. O crescente ativismo dos investidores, as exigências regulatórias, destacando-se a Lei Anticorrupção, e os recentes escândalos e fracassos corporativos são alguns dos principais fatores que têm pressionado as empresas e incentivado a administração a esforçar-se pela compatibilização dos interesses de todos”, analisa Ito.

Acesse [aqui](#) o estudo completo.

**Fonte:** Viveiros, em 10.03.2016.